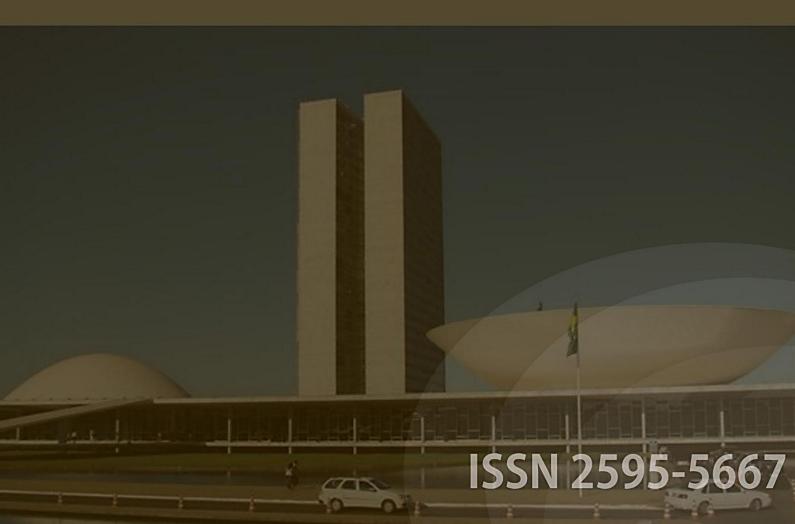
REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA



REVISTA DE DIREITO DA Administração Pública

Ano nº 05 – Volume nº 01 – Edição nº 03 – Dossiê Temático – Estado e Políticas Públicas - 2020 issn 2595-5667

Editor-Chefe:

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

> Rio de Janeiro, 2020.

Revista de Direito da Administração Pública

LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Conselho Editorial Internacional:

Sr. Alexander Espinosa Rausseo, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Sr. Erik Francesc Obiol, Universidad Nacional de Trujillo, Trujillo, Peru, Peru

Sr. Horacio Capel, Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha.

Sra. Isa Filipa António, Universidade do Minho, Braga, Portugal, Portugal

Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.

Sr. Luis Guillermo Palacios Sanabria, Universidad Austral de Chile (UACh), Valdivia, Chile.

Sra. Mónica Vanderleia Alves de Sousa Jardim, Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu, Turqia

Conselho Editorial Nacional:

Sr. Adilson Abreu Dallari, Pontificia Universidade Católica, PUC/SP, Brasil.

Sr. Alexandre Santos de Aragão, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, RJ, Brasil.

Sr. Alexandre Veronese, Universidade de Brasílialia, UNB, Brasil.

Sr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

Sr. Carlos Ari Sundfeld, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Sra. Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.

Sr. Daniel Wunder Hachem, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Sr. Eduardo Manuel Val, Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

Sr. Fabio de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sr. Flávio Garcia Cabral, Escola de Direito do Mato Grosso do SUl, Mato Grosso do Sul., Brasil Sr. Henrique Ribeiro Cardoso, Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil.

Sr. Jacintho Silveira Dias de Arruda Câmara, Pontificia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.

Sra. Jéssica Teles de Almeida, Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Piripiri, PI, Brasil., Brasil Sr. José Carlos Buzanello, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sr. José Vicente Santos de Mendonça, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. Georges Louis Hage Humbert, Unijorge, Brasil

Sra. Maria Sylvia Zanella di Pietro, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Sra Marina Rúbia Mendonça Lôbo, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goías, Brasil.

Monica Sousa, Universidade Federal do Maranhão

Sr. Mauricio Jorge Pereira da Mota, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Sra. Monica Teresa Costa Sousa, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Maranhão, Brasil. Sra. Patricia Ferreira Baptista, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Sr. Paulo Ricardo Schier, Complexo de Ensino Superior do Brasil LTDA, UNIBRASIL, Brasil.

Sr. Vladimir França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

Sr. Thiago Marrara, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Sr. Wilson Levy Braga da Silva Neto, Universidade Nove de Julho, UNINOVE, Brasil.

CONSOLIDAÇÃO DE INDICADORES DA BAIXADA FLUMINENSE: PENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

CONSOLIDATION OF INDICATORS OF BAIXADA FLUMINENSE: THINKING PUBLIC POLICIES

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann¹ Veronica Azevedo Wander Bastos² Eliane Vieira Lacerda Almeida³

Data da submissão: 10/12/2020 Data da aprovação: 18/12/2020

RESUMO: A presente pesquisa é desenvolvida conjuntamente pelo Observatório de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada Fluminense e pelo Observatório Fluminense de Políticas Públicas sobre a Educação na Baixada Fluminense, ambos projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O objetivo foi apresentar um panorama dos indicadores oficiais existentes nos eixos de empregabilidade, renda, transporte, moradia, saúde e educação, bem como seus desdobramentos no campo das políticas públicas (in)existentes para a região. A metodologia empregada foi pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos dados oficiais disponíveis. O trabalho desenvolvido pelos Observatórios ainda está em andamento, porém, já foi possível verificar a precariedade dos dados disponibilizados.

PALAVRAS-CHAVE: Baixada Fluminense; Políticas Públicas; Indicadores;

Revista de Direito da Administração Pública, ISSN 2595-5667, a. 5, v. 1, n. 3, Dossiê Temático: Estado e Política Pública, 2020, p. 22

¹ Professora Associada do Curso de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Decana da Escola de Ciências Jurídicas (ECJ-UNIRIO). Coordenadora do Observatório de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social vinculado ao PPGD/UNIRIO e do Projeto de Extensão Liga de Direito e Literatura (LADIL) vinculado à ECJ-UniRio. Membro da Comissão de Bioética da OAB/RJ e da Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability (GGINNS).

² Doutora em Memoria Social pela UNIRIO. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes. Professora Adjunto I do Curso de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Diretora da Escola de Ciências Jurídicas (ECJ-UNIRIO). Coordenadora do Observatório Fluminense de Políticas Públicas sobre Educação na Baixada Fluminense. Coordenadora do Programa de Extensão Assistência Jurídica Gratuita da ECJ-UNIRIO. Pesquisadora do Projeto de Extensão de Assistência Jurídica a Refugiados do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

³ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora Externa do Observatório de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada Fluminense. Mestre em Direito pela Unirio. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social vinculado ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Empregabilidade; Educação.

ABSTRACT: This research is developed jointly by the Observatory of Economic and Social Development of the Baixada Fluminense and by the Observatory of Public Policies on Education in the Baixada Fluminense, both extension projects developed by the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). The objective was to present an overview of the existing official indicators in the areas of employability, income, transport, housing, health and education, as well as their developments in the field of (in) existing public policies for the region. The methodology used was bibliographic and documentary research, based on the official data available. The work carried out by the Observatories is still in progress, however, it has already been possible to verify the precariousness of the data made available.

KEY WORDS: Baixada Fluminense; Public policy; Indicators; Employability; Education.

1. INTRODUÇÃO

A Baixada fluminense é uma região do Estado do Rio de Janeiro que concentra 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Diante do atual cenário da baixada, conhecida por seus problemas urbanos, infraestrutura precária, baixo índice socioeconômico e atendimento educacional de baixa qualidade, agravados pela pandemia da COVID-19, pesquisar sua realidade e pensar políticas públicas para o atendimento de suas necessidades, torna-se imprescindível.

Por esta razão, a presente pesquisa é desenvolvida conjuntamente pelo Observatório de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada Fluminense e pelo Observatório Fluminense de Políticas Públicas sobre a Educação na Baixada Fluminense, ambos projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com o Instituto Brasil Social (IBS). O objetivo do primeiro projeto é realizar um mapeamento da situação socioeconômica da Baixada Fluminense sobre 5 grandes eixos: emprego, renda, transporte, moradia e saúde. O segundo projeto tem como proposta a construção de uma referência técnica e intelectual na produção de dados e análise das políticas governamentais com foco na Educação Básica realizada pelo Estado nos municípios da Baixada Fluminense.

Souza (2006, p. 30) pensa as políticas públicas como ciclo deliberativo que, no seu processo de construção há separação de estágios, a saber: "(...) definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e

avaliação". Para Secchi (2013), é na fase de avaliação das políticas públicas que se debruça sobre os indicadores. Ressaltando que os indicadores de resultado "(...) são relacionados aos efeitos da política pública sobre os *policytakers* e à capacidade de resolução ou mitigação do problema para o qual havia sido elaborada" (SECCHI, 2013, p. 64).

Ainda que os indicadores sejam de suma importância para implementar e avaliar as políticas públicas, há uma lacuna na literatura nacional sobre a fase da implementação das políticas públicas (LOTTA, 2018), que acaba por impactar na avaliação delas. Assim, estes Observatórios, entendem que é através da avaliação da política pública que poder-se-á mensurar se as medidas adotadas estão sendo capazes para atender a população da Baixada Fluminense que, historicamente sofre as mais diferentes vulnerabilidades econômicas, sociais e educacionais. E, para melhor avaliarmos em momento posterior as políticas implementadas, neste momento concentrar os principais indicadores oficiais.

Frente ao trabalho desenvolvido pelos Observatórios, o objetivo deste estudo é apresentar um panorama dos eixos estudados pelos Observatórios e seus desdobramentos no campo das políticas públicas (in)existentes para a região, trabalho este que não poderia ser realizado sem a contribuição dos pesquisadores [NOMES SUPRIMIDOS EM RESPEITO A AVALIAÇÃO EM DUPLO CEGO], a quem prestamos todas as nossas homenagens e agradecimentos.

2. METODOLOGIA

A pandemia de Covid-19 exigiu diversos esforços coletivos e individuais de readequação ao chamado "novo normal". A pandemia também inviabilizou a obtenção de informações presencialmente; em sendo o novo normal tecnológico, a presente pesquisa objetivou verificar a disponibilização de informação online pelos municípios da Baixada Fluminense acerca dos cinco eixos propostos.

Desse modo, a linha de atuação escolhida foi por meio do desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos dados oficiais disponíveis, no período de setembro a outubro de 2020. Com isso, foram acessados canais oficiais de informações, como por exemplo o portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação CEPERJ, bem como os portais das prefeituras municipais.

Especificamente sobre o eixo de educação, o recorte aqui apresentado foi o da taxa de evasão escolar na rede municipal de ensino, entre os anos 2016 e 2017. A relevância da temática de evasão se justifica por ser um dos componentes do fracasso escolar (ZALAR; LEAL, 2001). Quanto à temática de evasão escolar e a fim de tentar entender não só os números, mas também os motivos pelos quais os alunos evadem, os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), relativos aos anos de 2016 e 2019 da rede municipal de ensino, foram conjuntamente analisados com os indicadores produzidos pelo Busca Ativa Escolar, nos municípios que aderiram à plataforma. O Busca Ativa é uma ferramenta gratuita e criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), que objetiva prestar auxílio aos governos para identificar, registrar, controlar e acompanhar a situação de crianças e adolescentes que ou já evadiram ou estão na iminência de evadir.

O trabalho realizado pelos Observatórios foi justamente compilar as informações disponíveis, a fim de facilitar o acesso a eles e a sua publicização. Destaca-se que a pesquisa também levou em conta a complexidade da Baixada e as especificidades de cada um dos 13 municípios.

3. BELFORD ROXO

Numa área territorial de 78,985km², o município de Belford Roxo contém uma população estimada em 513.118 pessoas de acordo com dados do IBGE em 2020. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,684, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas (PNUD) de 2010.

Quanto à análise de empregabilidade, em 2018, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos, sendo a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 7,1%. Caso se compare com o estado do Rio de Janeiro, o município ocuparia o 34º lugar dentre os 92 municípios no quesito de salário médio mensal e o 6º lugar dentre 9 da microrregião.

Enquanto isso, no quesito de pessoas ocupadas, o município está em 92º dentre os 92 municípios do Estado do RJ e, considerada a microrregião, ocupa também o último lugar dentre os 16 considerados. Percebeu-se que os índices de empregabilidade do município são baixíssimos, levando em consideração uma população extremamente pobre.

O produto interno bruto (PIB) per capita é de R\$16.514,03, de acordo com dados coletados pelo IBGE em 2017. Enquanto isso, a renda per capita urbana é de R\$402,50. Considerando-se a proporção de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, cerca de 39,3% da população encontrava-se nessas condições. Na proporção dentre os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Belford Roxo ocupa o 6º lugar dentre os 92 municípios do estado, enquanto está em 2º dentre os 16 considerados da microrregião.

Entre os anos de 2010 e 2018 o salário médio mensal variou de 2,1 a 2,4 salários mínimos. Em 2010 o Município tinha 35.923 pessoas empregadas. Esse número foi subindo até a máxima em 2014, chegando a 41.084. Após, entrou em declínio e em 2018 o número de pessoas empregadas era de 36.276.

Quanto ao transporte, relevante apontar que o município de Belford Roxo possui malha ferroviária insatisfatória, ligando-se somente à capital e cidades limítrofes - pertencendo, inclusive, aos municípios do PROMOB, considerados os de pior média de tempo e condições de deslocamento para a região metropolitana. No site da prefeitura de Belford Roxo, não foi possível encontrar, ainda que no canal de transparência, os dados sobre o transporte do município.

A questão de moradia também se revelou preocupante, uma vez que o município de Belford Roxo apresentava 81,4% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado e 38,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização considerada adequada, haja vista a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Caso se compare com outros municípios do estado do Rio de Janeiro, ocupa o 34º lugar dentre os 92 municípios contabilizados em questão de esgotamento sanitário, enquanto caso considerasse a microrregião, estaria em 9º lugar dos 16. No quesito de domicílios com urbanização adequada, ocupa o 48º lugar dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e o 10º lugar dentre os 16 municípios da microrregião.

Os dados para a moradia, nos quesitos solicitados, foram os de acesso mais facilitado,

tendo sido possível encontrá-los também no site do IBGE, vinculado com as informações disponibilizadas pela prefeitura do município de Belford Roxo. Demonstrando que o município ocupa colocações medianas para ruins dentre os indicativos de urbanização adequada, enquanto ocupa colocação boa para mediana em quesito de esgotamento sanitário.

No eixo saúde foi apurado que o município conta com 58 estabelecimentos de saúde da modalidade SUS. Enquanto isso, a mortalidade infantil é 12,96 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, em coleta de dados fornecidos pelo (DATASUS, 2017). Considerando-se o Estado do Rio de Janeiro, o município de Belford Roxo apresenta índices médios de mortalidade infantil, haja vista que se encaixa entre 11,89 a 15,86 óbitos a cada mil nascidos. Dividindo-se, de acordo com dados do IBGE vinculados à Assistência Médica Sanitária, coletados em 2009, Belford Roxo conta com 52 estabelecimentos do SUS Ambulatorial, 2 de diálise, 7 de emergência, 5 de internação e zero de UTI/CTI.

Por fim, a análise educacional de evasão escolar observou que a aderência de Belford Roxo ao Busca Ativa ocorreu em 17 de agosto de 2018. A exceção do 8º ano, cujo percentual se manteve o mesmo, Belford Roxo conseguiu diminuir o índice de evasão em todos os demais anos da rede municipal de ensino comparando o ano de 2018 a 2019, conforme tabela abaixo. Dentre os municípios da Baixada Fluminense que se utilizam da plataforma, Belford Roxo é o que possui mais casos de alertas, somando 4566, dos quais 4076 estão sendo acompanhados atualmente. Mais de 2 mil alertas foram expedidos pelo mesmo motivo dos demais municípios: "Evasão porque sente a escola desinteressante" e 1.719 alertas possuem como causa "Falta de transporte escolar".

Tabela 1 - Evasão escolar Belford Roxo

| Belford Roxo | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5° Ano | 6° Ano | 7° Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 5,5 | 3,6 | 3,5 | 3,5 | 3,7 | 7,5 | 7,3 | 6,3 | 5,6 |

| 2017 | 4,6 | 3,8 | 2,5 | 3,1 | 3,1 | 7,8 | 5,8 | 6,7 | 5,3 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2018 | 3,8 | 2,8 | 2,2 | 2,2 | 2,8 | 4,8 | 4,4 | 5,2 | 4,9 |
| 2019 | 3,5 | 2,4 | 2,4 | 2,1 | 1,9 | 4,1 | 4,0 | 5,5 | 3,3 |

Fonte: INEP (2021)

4. DUQUE DE CAXIAS

Ocupando uma área territorial de 467,319 km², Duque de Caxias corresponde ao município mais populoso da Baixada Fluminense e o terceiro mais populoso do estado do Rio de Janeiro, com população estimada em 924.624 pessoas, de acordo com dados do IBGE em 2020. Além disso, o IDH do município é de 0,711 conforme dados disponibilizados pelo PNUD de 2010.

Atualmente, o município está se consolidando como subcentro dinâmico dentro da Região metropolitana. O crescimento econômico de Duque de Caxias tem como base o refino do petróleo, operado na Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) – atualmente uma das maiores refinarias da Petrobras e a segunda maior refinaria do país. A partir da implementação da REDUC, o município passou a receber destaque dentro da dinâmica econômica do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, vale o questionamento se a infraestrutura do município acompanhou o crescimento econômico, satisfazendo também as necessidades da população.

Quanto à empregabilidade, em 2018, Duque de Caxias contava com uma proporção de população ocupada em relação à população total de 18,0% (CEMPRE, 2021). Ao longo dos anos, os setores de Indústria de Transformação, Serviços e Comércio são as principais atividades econômicas que geram empregos no mercado formal de Duque de Caxias. O município conta com o maior parque industrial do Rio de Janeiro, atraindo diversas empresas dos setores de Serviços e Comércio, estimuladas pelo crescimento econômico da região.

Vale ressaltar que a distribuição de renda por estratos da população é desigual. Embora a REDUC seja a maior empresa do setor petroquímico no município e a maior geradora de empregos, 70% de sua mão de obra é importada de outros municípios do estado, fato que compromete a inserção na economia local da riqueza produzida pela empresa. Assim, a

população local acaba ficando restrita a empregos indiretos gerados por empresas terceirizadas, cujas atividades são menos sofisticadas e com níveis de remuneração menores

PIB per capita é de R\$145.894,84, de acordo com dados coletados pelo IBGE em 2017. também de acordo com os dados do IBGE, em 2017 Duque de Caxias ocupava o 17º lugar no ranking de PIB per capita em relação aos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, a remuneração média de empregos formais por setores da economia é de R\$2.891,38 (CEMPRE, 2021). O percentual de população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo por pessoa é cerca de 37,8%, segundo o censo do IBGE de 2010.

Segundo levantamento realizado em 2017 pelo Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), Duque de Caxias ocupa o segundo lugar no ranking referente à participação no PIB do estado, com 6,1% - ficando atrás apenas da capital. O município apresentou alta na participação do PIB a partir de 2015, ocupando a segunda posição desde então.

Extraídas informações sobre transporte do Plano Municipal de Saúde de Duque de Caxias (2010-2013), disponível no site da prefeitura, foi possível levantar alguns dados resumidos sobre a questão do transporte na região. O município conta com 11 empresas de ônibus municipais e 3 empresas de ônibus intermunicipais. Ademais, existem importantes rodovias federais que cortam o município, com destaque para a BR040/RJ (Rodovia Washington Luiz), que faz a ligação mais importante entre o Centro de Duque de Caxias e os demais distritos.

O transporte público de Duque de Caxias é realizado principalmente por meio do sistema de ônibus urbano, mas o município é cortado por uma malha ferroviária, que opera com restrições, pois existem diversas passagens de nível sem cancela e longos trechos de linhas sem fechamento lateral, cruzados por pedestres e automóveis, obrigando a redução da velocidade dos trens. Ou seja, o município possui um ótimo sistema de trilhos urbanos, mas não possui trens funcionando adequadamente.⁴

No quesito moradia, Duque de Caxias possuía uma taxa de 85,3% dos domicílios com

4SENRA, Kelson Vieira; DA SILVA, Caroline Rodrigues. ST 2 "CADÊ O MUNICÍPIO?" As atividades e constrangimentos do município de Duque de Caxias, RJ, na implantação do Programa MCMV. Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2058 Acesso em: Setembro/2020

Revista de Direito da Administração Pública, ISSN 2595-5667, a. 5, v. 1, n. 3, Dossiê Temático: Estado e Política Pública, 2020, p. 29

esgotamento sanitário adequado e, em relação aos domicílios urbanos em vias públicas com arborização, o percentual é de 47%. Ademais, a taxa de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) era de 68,2% (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do MUNIC – Suplemento de Saneamento Básico (2017), o órgão municipal gestor do serviço de abastecimento de água do município não possui uma boa estrutura, havendo constante intermitência ou racionamento de água, sendo este o motivo principal da deficiência na distribuição de água na região. Assim, muitos domicílios são obrigados a recorrer a soluções alternativas de abastecimento, pois a distribuição não abrange toda a área urbana (a rede de distribuição não está disponível na área rural do município).

Dessa forma, o abastecimento de água não conseguiu acompanhar o crescimento populacional do município. Há também um grave problema em relação à drenagem pluvial por conta do grande crescimento urbano sem planejamento, resultando em frequentes alagamentos durante o verão, em extensas áreas ocupadas – principalmente nas áreas ocupadas por famílias de baixa renda.

Em relação ao tratamento do esgoto, o município dispõe de estações de tratamento de esgoto sanitário, mesmo que ociosas e algumas até mesmo abandonadas, mas não tem redes de esgoto. Além disso, alguns domicílios se veem obrigados a utilizar fossa séptica como solução alternativa. Assim como a rede de distribuição de água, a rede coletora de esgoto do município apenas abrange parte da área urbana e não abrange a área rural.

O eixo saúde apurou que o município contava com um total de 82 estabelecimentos de saúde da modalidade SUS, segundo o levantamento de Assistência Médica Sanitária de 2009 do IBGE. Enquanto isso, a mortalidade infantil é 14,34 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, em coleta de dados fornecidos pelo DATASUS 2017. Duque de Caxias também apresenta índices médios de mortalidade infantil, pois se encaixa entre 11,89 a 15,86 óbitos a cada mil nascidos, quando considerado todo o estado do Rio de Janeiro. Segundo o site da prefeitura de Duque de Caxias, o município conta com 7 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 40 Unidades de Saúde da Família (USF).

Vale mencionar que a pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo IBGE em 2018, apontou que o município possui um programa de Saúde da Família, que atende a população em situação de rua. Existindo, inclusive, programas e ações voltados

especificamente para a população em situação de rua.

No que se refere à escolaridade, Duque de Caxias, juntamente com Nilópolis e Mesquita, são os únicos municípios que nunca implementaram a plataforma nas suas regiões. Em que pese não se utilize de tal ferramenta, é notório que o município, à exceção do 6° e 7° ano, possui índices bem menores que Belford Roxo e desde o ano de 2017 tem uma tendência de diminuição do percentual de evasão:

1° Duque de 2° 3° 4° 5° 6° 7° 80 90 Caxias Ano Ano Ano Ano Ano Ano Ano Ano Ano 2016 2,3 1,3 1,0 1,4 1,5 2,3 3,0 2,1 2,1 2017 1,9 1,4 1,1 1,3 1,2 3,5 2,6 2,2 2,1 1.9 1.9 2018 1.3 1.1 1.4 1.2 3.3 2.4 1.5 2019 1,4 0,8 0,9 1.3 1.1 2,8 2,0 1,6 1,2

Tabela 2 - Evasão escolar Duque de Caxias

Fonte: INEP (2021)

5. GUAPIMIRIM

Guapimirim é considerado um município rico quando se pensa em seu PIB distribuído para a quantidade de habitantes, visto que os dados de 2017 mostram PIB per capita de R\$15.899,61. Entretanto, quando analisados os dados referentes ao salário médio dos trabalhadores formais de 2018, esse valor é de apenas 1,9 salários mínimos. A taxa de emprego desse município também é bem preocupante; os dados referentes a taxa de pessoal ocupado de 2018 é de apenas 11,5% (6.847) da população com alguma forma de ocupação. Outro dado importante é que, segundo dados de 2010 disponibilizados pelo IBGE, o percentual da população com rendimento mensal nominal de até 1/2 salário mínimo é de 37,2%.

Em que pese os esforços para obtenção de informações, nada foi encontrado sobre o transporte público na região.

No campo da moradia, Guapimirim possui uma grande extensão territorial, com seus

358,443 km², sendo dividido em 31 bairros atualmente. Os dados referentes ao esgotamento sanitário adequado, fornecidos pelo IBGE por meio do censo de 2010, mostram que apenas 68,5% deste é adequado. Ademais, apresenta uma arborização de 79,5% em suas vias públicas (2010) e urbanização adequada de 49,7% (2010).

Quanto à saúde pública, o município conta com 10 unidades de saúde ao todo. Entretanto, não foi encontrado nenhum hospital registrado, compondo essas 10 unidades, que em sua maioria são postos de saúde e, em menor quantidade, policlínicas.

Outro destaque positivo da cidade é a baixíssima taxa de evasão escolar, especialmente entre o 1° e 5° ano. Em pesquisa realizada diretamente com a equipe do Busca Ativa, foi obtida informação de que Guapimirim em algum momento já aderiu ao sistema, porém não foi disponibilizada a data. Em que pese os dados gerais positivos, tendo em vista que em alguns períodos o município conseguiu até mesmo zerar o índice de evasão, cabe destacar que em 2017 houve um aumento muito brusco de evasão escolar no 7° ano, que passou de 1,8 para 3,1. Aumento expressivo também foi observado nos 6° e 7° anos do mesmo período:

Tabela 3 - Evasão escolar Guapimirim

| | Guapimirim | 1° Ano | 2º Ano | 3° Ano | 4º Ano | 5° Ano | 6° Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9° Ano |
|---|------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| - | | | | | | | | | | |
| | 2016 | 0,5 | 0,8 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 2,8 | 1,8 | 1,8 | 2,4 |
| | 2017 | 0,6 | 0,0 | 0,7 | 0,4 | 0,6 | 3,6 | 3,1 | 1,2 | 3,6 |
| | 2018 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 1,1 | 0,3 | 3,2 | 2,0 | 2,8 | 1,2 |
| | 2019 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,6 | 2,4 | 2,1 | 1,5 | 0,6 |

Fonte: INEP (2021)

6. ITAGUAÍ

Com área territorial de 282,606 km², o município de Itaguaí tem população estimada em 134.819 no ano de 2020, segundo o IBGE, e densidade demográfica de 395,45 hab/km². O IDH do município é de 0,715, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas (PNUD)

de 2010.

No que tange o eixo de empregabilidade, os dados do IBGE apontam que o município possui um percentual de 21,6% da população com emprego formal, ocupando a 30ª posição, no Estado do Rio de Janeiro. Com 27.154 pessoas ocupadas, neste caso ocupa a 21ª colocação no ranking estadual. Os índices de empregabilidade do município são consideráveis em relação aos demais municípios da Baixada, pois tem um grande potencial portuário e logístico, devido à sua localização próxima à capital Rio de Janeiro, que o privilegia para estes fins.

Itaguaí possui PIB per capita de R\$61.819,73, de acordo com os dados coletados pelo IBGE em 2017, ocupando a 8ª posição em relação aos demais municípios do estado. Com renda média de 3,1 salários mínimos, ocupa a 10ª posição quando comparado aos demais municípios do estado. Possui uma taxa de 37,1% da população ocupada com renda per capita de até meia salário mínimo, o que concede ao município a 25º posição no ranking estadual.

A malha ferroviária existente no município é apenas para transporte de cargas até o porto do município. Conta com 01 rodoviária intermunicipal informada através do site Transportal e foram localizadas, ao menos, 12 linhas intermunicipais através do site Vá de Ônibus. Não foi possível a localização das linhas municipais e interestaduais. No site da prefeitura de Itaguaí as informações sobre transporte não são disponibilizadas à população.

Já em relação ao quesito moradia, o município apresenta 77,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 36,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 54,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 42 de 92, 78 de 92 e 23 de 92, respectivamente, conforme dados coletados no portal eletrônico do IBGE.

O município de Itaguaí conta com 01 hospital Municipal (Rede SUS, Governo do Estado do Rio de Janeiro), 01 UPA (Unidade de Pronto Atendimento), 09 postos de saúde e 10 clínicas da família, conforme os dados obtidos no site da prefeitura. Porém, segundo o IBGE a informação que consta é de 27 unidades de atendimento pelo SUS (2009), mas não há o detalhamento dos mesmos.

Segundo o IBGE, em 2017, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 15.86 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarréias são de 0 para cada 1.000 habitantes, conforme levantamento de 2016. Comparado com todos os municípios do Estado,

fica nas posições 22 de 92 e 82 de 92, respectivamente.

Sobre o eixo educação, ressalta-se que em pesquisa realizada diretamente com a equipe do Busca Ativa, foi obtida informação de que Guapimirim em algum momento já aderiu ao sistema, porém não foi disponibilizada a data. Assim como na maioria dos municípios analisados, Itaguaí possui maiores percentuais de evasão entre o 6° e 9° ano:

Tabela 4 - Evasão escolar Itaguaí

| Itaguaí | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5° Ano | 6º Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 1,5 | 0,6 | 1,1 | 0,6 | 1,4 | 2,4 | 2,4 | 2,2 | 2,1 |
| 2017 | 1,5 | 1,2 | 1,0 | 1,1 | 1,7 | 2,2 | 3,5 | 3,1 | 3,1 |
| 2018 | 1,2 | 1,6 | 1,0 | 0,9 | 1,8 | 2,5 | 3,5 | 4,3 | 3,5 |
| 2019 | 0,9 | 0,5 | 0,5 | 0,9 | 1,1 | 3,0 | 3,6 | 2,7 | 2,5 |

Fonte: INEP (2021)

7. JAPERI

Em 2018, o salário médio mensal de trabalhadores formais era de 2.1 salários mínimos, com 7,2% da população total do município ocupada. Em paralelo, 41.4% dos domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Comparada com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 34 de 92 e 91 de 92, respectivamente.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED, é um instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. Por meio dele foi possível obter dados importantes, como por exemplo a relação do PIB de acordo com os setores de serviços e indústria, principais na Baixada Fluminense.

Em 2017, segundo dados do CEPERJ, o PIB do município era de R\$1.484,937, e, no mesmo ano, o IBGE aponta PIB per capita de R\$15.956. No mesmo ano, segundo dados do

CEPERJ, o PIB do setor de serviços era de R\$ 668,674 e o do setor de indústria, R\$ 139,364.

Em relação à moradia, Japeri apresenta 68.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 25.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Em 2019, a área total da unidade territorial era de 81.697 km², sendo 11º maior em sua microrregião e 83º maior município do Estado do Rio de Janeiro, com o bioma predominante Mata Atlântica. No último censo a população registrada foi de 95.492 pessoas, caracterizando uma densidade demográfica de 1.166,37 habitantes/km².

O município conta com unidades de saúde, compreendendo apenas o nível primário de atenção à saúde, isto é, realiza procedimentos de baixa complexidade. Com relação à mortalidade infantil, são 16.21 óbitos por mil nascidos vivos. Outro dado que perpassa por qualidade de habitação, saneamento básico e tratamento de água é o número de internações por diarreia, representado por 0,2 internações a cada mil habitantes.

Em relação ao transporte público na região, a Supervia administra 2 estações no município: Engenheiro Pedreira e Japeri. As 2 estações fazem parte do ramal Japeri, mas apenas Japeri interliga o ramal Paracambi. O funcionamento das estações se dá entre 3h30 às 22h05 nos dias úteis, 3h45 às 20h30 nos sábados e 4h às 20h20 nos domingos e feriados. Japeri não conta com um Terminal Rodoviário. O município conta ainda com 5 linhas de ônibus municipais e 10 linhas intermunicipais, segundo dados da Fetranspor.

Em que pese a informação de aderência ao Busca Ativa Escolar, o município de Itaguaí é também uma das hipóteses em que a data não foi publicizada. As taxas de evasão bem altas em comparação aos demais municípios da Baixada Fluminense, sendo 2016 o pior ano dos indicadores:

2º Ano 3º Ano 9º Ano 1º Ano 4º Ano 5° Ano 6° Ano 7° Ano 8º Ano Japeri 2016 7,0 7,9 3,5 2,0 2,4 3,2 3,5 5,1 6,0 2017 2,2 1,3 0,9 1,7 1,7 3,0 4,5 3,2 2,4

Tabela 5 - Evasão escolar Japeri

| 2018 | 2,4 | 1,7 | 1,0 | 1,2 | 1,1 | 2,3 | 3,1 | 3,9 | 3,4 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2019 | 1,9 | 1,3 | 1,4 | 0,9 | 1,5 | 2,1 | 2,3 | 1,7 | 1,4 |

Fonte: INEP (2021)

8. MAGÉ

Com área territorial de 390,775 km², o município de Magé tem população estimada em 246.433 pessoas para o ano de 2020, segundo o IBGE, e densidade demográfica de 585,13 hab/km² [2010]. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,709, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas (PNUD) de 2010.

Com o percentual de 11,7% da população com emprego formal, ocupa a 67ª posição, no Estado do Rio de Janeiro, sendo 28.478 pessoas ocupadas, neste caso ocupa a 20ª colocação no ranking estadual. Os índices de empregabilidade do município não são consideráveis em relação aos demais municípios segundo os dados do IBGE de 2018.

O PIB per capita de R\$16.240,43, de acordo com os dados coletados pelo IBGE em 2017 ocupa a 86ª posição em relação aos demais municípios do Estado. Com renda média de 1,8 salários mínimos, concede a 67ª posição a mesmo se comparado aos demais 91 municípios do Estado. Porém 38,2% da população ocupada com renda per capita de até ½ salário mínimo, ocupando o 10º no ranking estadual.

Em Magé, a população conta com 01 rodoviária intermunicipal informada através do site Transportal e foram localizadas, ao menos, 15 linhas intermunicipais através do site Vá de Ônibus e 13 ônibus municipais. Conta também com 05 estações ferroviárias administradas pela SuperVia, dados encontrados no site da Concessionária. Não foi possível a localização das linhas municipais, intermunicipais e interestaduais no site da prefeitura de Magé, as informações sobre transporte não são disponibilizadas à população.

O município apresenta 63.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 54.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 71 de 92, 60 de 92 e 73 de 92, respectivamente. Dados coletados do site do IBGE [2010].

Em relação ao eixo de saúde, Magé conta com 02 Hospitais Municipais (Rede SUS, Governo do Estado do Rio de Janeiro), 01 UPA (Unidade de Pronto Atendimento), 37 unidades básicas de saúde. Dados obtidos no site da prefeitura. Porém no site do IBGE [2009] a informação que consta são 78 unidades de atendimento pelo SUS, mas não há o detalhamento dos mesmos.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.25 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido às diarréias são de 0.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 36 de 92 e 63 de 92, respectivamente.

Também sem a data de aderência ao Busca Ativa Escolar, o estudo acerca dos motivos da evasão da região ficou prejudicado. Contudo, Magé reforça o fenômeno observado de maiores índices de evasão dos anos escolares finais, ainda que o panorama geral do município seja de baixos percentuais de evasão:

Tabela 6 - Evasão escolar Magé

| Magé | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5º Ano | 6° Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 2,4 | 1,9 | 2,1 | 1,9 |
| 2017 | 0,8 | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 1,3 | 2,9 | 1,9 | 1,6 | 2,5 |
| 2018 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,9 | 0,9 | 1,3 | 1,6 | 1,3 | 1,0 |
| 2019 | 0,5 | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 1,4 | 1,0 | 1,1 | 0,8 |

Fonte: INEP (2021)

9. MESQUITA

O município possui percentual de 9,3% da população com emprego formal, ocupando a 90^a posição no Estado do Rio de Janeiro, sendo 16.265 pessoas ocupadas, neste caso ocupa a 32^a colocação no ranking estadual. Ressalta-se que os índices de empregabilidade do município não são consideráveis em relação aos demais municípios segundo os dados do IBGE de 2018.

Com PIB per capita de R \$13.505,21, de acordo com os dados coletados pelo IBGE em

2017, Mesquita ocupa a 92ª posição em relação aos demais municípios do Estado - ou seja, a última colocação. Com renda média de 2,1 salários mínimos, concede a 34ª posição ao mesmo se comparado aos demais municípios do Estado. Ainda, possui uma taxa de 36,5% da população ocupada com renda per capita de até meio salário mínimo, ocupando o 28º no ranking estadual.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa não foram localizados indicadores sobre transporte público na cidade.

Quanto à moradia, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, o município apresenta 93.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 62.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 62.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 7 de 92, 47 de 92 e 13 de 92, respectivamente.

Conforme dados obtidos no site da prefeitura, Mesquita conta com 01 Hospital Estadual; 01 Hospital Municipal (Rede SUS, Governo do Estado do Rio de Janeiro); 08 postos de saúde, sendo 01 UPA (Unidade de Pronto Atendimento); 06 clínicas da família; 01 Policlínica. Porém no site do IBGE a informação que consta são 19 unidades de atendimento pelo SUS (2009), mas não há o detalhamento dos mesmos.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.32 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 35 de 92 e 63 de 92, respectivamente, conforme levantamentos do IBGE, dos anos de 2016 e 2017.

Sendo um dos municípios que nunca aderiram à plataforma Busca Ativa, diferentemente da maioria dos demais municípios da região, Mesquita se destaca pelo percentual de evasão um pouco mais elevado também no 1º ano escolar que, em 2016 chegou a ser até maior que o do 9º ano, por exemplo. Há de se destacar, ainda, que a partir de 2017 os indicadores vêm caindo em todos os anos, a exceção do 3º, 6º e 9º, que caíram em 2018, mas voltaram a crescer em 2019:

Tabela 7 - Evasão escolar Mesquita

| Mesquita | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5° Ano | 6° Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 3,2 | 2,2 | 1,5 | 2,1 | 1,7 | 5,6 | 4,8 | 4,8 | 2,5 |
| 2017 | 2,4 | 1,3 | 1,8 | 2,0 | 1,5 | 3,9 | 4,0 | 3,6 | 4,0 |
| 2018 | 2,7 | 1,1 | 1,2 | 1,5 | 1,4 | 2,7 | 2,8 | 2,1 | 3,4 |
| 2019 | 2,2 | 1,6 | 1,4 | 1,3 | 1,3 | 1,9 | 1,7 | 1,1 | 3,9 |

Fonte: INEP (2021)

9. NILÓPOLIS

Em 2018, o salário médio mensal de trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos. 20.821 habitantes, 12.8% da população total do município é ocupada. Em paralelo, 33.8% dos domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Comparada com os outros municípios do estado, ocupava as posições 67 de 92 e 73 de 92, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3263 de 5570 e 2674 de 5570, respectivamente. Considerando, tinha nessas condições, o que o colocava na posição 58 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 3821 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A Secretaria Municipal de Transporte (SEMTRAN) possui um portal online que possibilita o acompanhamento de atividades educativas do trânsito, consulta de multas, canal para procedimentos para o fechamento de ruas em eventos e obras, relação de vagas destinadas aos idosos, pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção.

Um importante veículo são os trens da Supervia do ramal Japeri, nas estações Olinda e Nilópolis, garantindo maior rapidez para chegar à Zona Norte e Centro da cidade do Rio de Janeiro. O funcionamento das estações se dá entre 4h e 23h nos dias úteis, 4h às 22h nos sábados e 4h10 às 21h30 nos domingos e feriados. Ao todo são 11 linhas rodoviárias municipais. O município conta com o Terminal Rodoviário de Nilópolis, que foi inaugurado em 1979 e está localizado na Avenida Getúlio Moura, no centro do município. Com isso, 6 empresas de ônibus operam no terminal.

Segundo dados do IBGE colhidos em 2010, o município apresenta 98.7% de domicílios

com esgotamento sanitário adequado, 70.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 91.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em 2019, a área total da unidade territorial era de 19.393 km2, sendo 16º maior em sua microrregião e 92º maior município do Estado do Rio de Janeiro, com o bioma predominante Mata Atlântica. No último censo a população registrada foi de 157.425 pessoas, caracterizando uma densidade demográfica de 8.117.62 habitantes/km².

O município de Nilópolis conta com 32 unidades de saúde, compreendendo os níveis primário e secundário de atenção à saúde, isto é, realiza procedimentos de baixa e média complexidade. Com relação à mortalidade infantil, são 21,81 óbitos por mil nascidos vivos. Outro dado que perpassa por qualidade de habitação, saneamento básico e tratamento de água é o número de internações por diarreia, representado por 0,1 internações a cada mil.

Acerca do parâmetro de adesão ao Busca Ativa, Nilópolis é o último município desta análise que nunca fez adesão. Destacaram-se os percentuais mais elevados do 6º ano ao 9º ano, que começaram, de modo geral, a cair a partir de 2017, excetuando o 9º ano que subiu em 2018 para 4,3, mas que caiu novamente em 2019 para 1,1:

Tabela 8 - Evasão escolar Nilópolis

| Nilópolis | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5° Ano | 6º Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 2,0 | 2,0 | 1,6 | 1,5 | 1,5 | 5,6 | 6,5 | 5,3 | 4,4 |
| 2017 | 2,2 | 0,8 | 0,9 | 1,6 | 1,5 | 4,1 | 4,8 | 4,5 | 3,0 |
| 2018 | 1,2 | 0,5 | 2,1 | 2,0 | 0,9 | 4,0 | 4,0 | 2,7 | 4,3 |
| 2019 | 0,5 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 0,6 | 2,0 | 1,7 | 2,1 | 1,1 |

Fonte: INEP (2021)

10. NOVA IGUAÇU

Nova Iguaçu é considerado um município rico quando se pensa em seu PIB distribuído para a quantidade de habitantes, levando em conta que dados de 2017 mostram que seu PIB per capita é de R \$21.077,70. Entretanto, quando analisamos os dados referentes ao salário médio dos trabalhadores formais de 2018, percebe-se que esse valor é de apenas 2,1 salários mínimos.

A taxa de emprego do município também é bem preocupante: os dados referentes à taxa de pessoal ocupado de 2018 apontam que apenas 13,1% (107.346) da população tem alguma forma de ocupação. Outro dado importante a ser apontado é que, segundo dados de 2010, o percentual da população com rendimento mensal nominal de até meio salário mínimo é de 38,7%.

Durante o desenvolvimento da presente pesquisa nenhuma informação sobre transporte foi substancialmente obtida, ainda que o município tenha uma grande extensão territorial, com 520,581 Km², dividido em 68 bairros atualmente. Segundo o censo do IBGE de 2010, 83,1 % do esgotamento sanitário é adequado. Ademais, apresenta uma arborização de 57,9% em suas vias públicas (2010) e urbanização de 53,3% (2010).

No que tange o eixo de saúde, ao todo, a região conta com 79 unidades de saúde, dentre essas destaca-se o Hospital Geral de Nova Iguaçu (Hospital da Posse) e a Maternidade Municipal Mariana Bulhões, conforme dados obtidos no site da Secretaria Municipal de Saúde. Também merece destaque o novo hospital modular recentemente inaugurado para auxiliar no combate à pandemia do novo coronavírus.

No campo educacional, Nova Iguaçu em algum momento já implementou o Busca Ativa, ainda que a data não tenha sido publicizada. A partir de 2017 é possível observar uma tendência de quebra nos indicadores de evasão escolar, à exceção do 6° ao 9° ano que caiu em 2017, mas voltou a subir em 2018 e 2019. O 7°, 8° e 9° ano chegaram a fechar 2019 com percentuais maiores que os apurados em 2016:

Tabela 9 - Evasão escolar Nova Iguaçu

| Nova Iguaçu 1º Ano 2º Ano 3º Ano 4º Ano 5º Ano 6º Ano 7º Ano 8º Ano 9º A |
|--|
|--|

| 2016 | 2,4 | 1,4 | 1,4 | 2,2 | 1,7 | 3,1 | 2,7 | 2,3 | 1,9 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2017 | 2,4 | 1,5 | 1,0 | 1,5 | 1,6 | 2,8 | 2,7 | 2,2 | 1,4 |
| 2018 | 2,1 | 1,3 | 1,0 | 1,2 | 1,5 | 3,6 | 2,9 | 2,4 | 1,9 |
| 2019 | 2,3 | 1,0 | 1,1 | 1,4 | 1,4 | 2,7 | 3,1 | 2,7 | 2,3 |

Fonte: INEP (2021)

11. PARACAMBI

O município de Paracambi possui uma população estimada de 52.683 pessoas, conforme dados disponibilizados pelo IBGE para o ano de 2020 e ocupa uma área territorial de 190.949 km². Além disso, segundo o PNUD, a região possui um IDHM de 0,720.

Conforme disponível no site da prefeitura, Paracambi foi o local da fábrica inglesa de tecidos de algodão, Companhia Têxtil Brasil Industrial. Após a inauguração da fábrica, a região foi ficando cada vez mais populosa com a chegada dos operários e suas famílias, mudando o cenário que antes era predominante rural.

Além disso, a região também contava com uma estrada de ferro que servia o setor primário (Agricultura e Pecuária), mas que, junto com a Fábrica, colaborou para que a vida urbana se desenvolvesse cada vez mais. Foi apenas em 1996, com a falência da fábrica, que o padrão de "cidade operária" sofre mudanças e a população começa a migrar em busca de empregos em outras áreas mais estabilizadas economicamente — o que traz uma nova alcunha de "cidade dormitório".⁵

No que tange o eixo de empregabilidade, em 2018, Paracambi possui uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 12,2%, segundo dados disponibilizados pelo CEMPRE. Ademais, segundo o RAIS, os três setores da economia que mais geram empregos no mercado formal do município de Paracambi são, respectivamente, Administração Pública;

5 SANTOS, Everaldo Lisboa; DA SILVA, Lidiane Cristine. O processo de metropolização e a captura dos espaços adormecidos a partir de uma análise do município de paracambi, na região metropolitana do rio de janeiro. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 5, n. 8, p. 29-49, 2015. Disponível em: < https://core.ac.uk/download/pdf/268397145.pdf> Acesso em: Setembro/2020.

Comércio; e Indústria de Transformação.

Assim, a atual dinâmica do município mostra a transformação da troca de função de uma área antes rural-industrial para o desenvolvimento das atividades comerciais e ofertas de bens e serviços, fruto do crescimento econômico no setor terciário. Entretanto, vale ressaltar que as atividades terciárias normalmente estão mais concentradas na Área Central do município.

O IBGE aponta que, em 2018, o salário médio dos trabalhadores formais era de 1,9 salários mínimos no município. Ainda segundo o IBGE, em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo era de 36.8%.

Em 2018, dados do IBGE apontam que o PIB per capita do município é de R\$17.699,45. No ano de 2017, Paracambi ocupava o 74º lugar no ranking de PIB per capita em relação aos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro no ano de 2017.

Atualmente, a antiga fábrica têxtil funciona como um complexo educacional, tornando o município um atrativo educacional para os municípios da Baixada Fluminense e para a cidade do Rio de Janeiro, dinamizando a economia local.

Em relação ao transporte na região, o município de Paracambi liga-se à cidade do Rio de Janeiro e aos demais municípios da Baixada Fluminense por meio da Rodovia Presidente Dutra, além de uma linha de ônibus e pela ferrovia atualmente administrada pela empresa SuperVia S.A. Além da estação localizada no Centro da cidade de Paracambi, há outra estação, também administrada pela SuperVia S.A., localizada no bairro de Lages – assim, atualmente o ramal que leva a Paracambi possui apenas duas estações: Lages e Paracambi.⁶

A estação ferroviária foi um fator importante na inserção de Paracambi na dinâmica econômica da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Após a falência da fábrica, ela passou a se dedicar ao transporte diário de passageiros para os demais municípios da Baixada Fluminense e para a capital.

O Plano Municipal de Saúde de 2014, disponível no site da prefeitura, contém alguns dados referentes ao transporte. O município é servido pela RJ-12, que acessa a rodovia Rio-SãoPaulo na fronteira com Itaguaí e Seropédica, ao sul, e Engenheiro Paulo de Frontin, ao

6 AGOSTINHO, Zilmar Luiz dos Reis. A estação ferroviária de Paracambi: mudanças e permanências econômicas no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacoeconomia/16738> Acesso em: Setembro/2020.

Revista de Direito da Administração Pública, ISSN 2595-5667, a. 5, v. 1, n. 3, Dossiê Temático: Estado e Política Pública, 2020, p. 43

norte. Outra estrada liga a Japeri, a leste, conectando-se com a RJ-125 em direção a Miguel Pereira.

Por conta de ser uma área de interesse histórico, fazendo parte do chamado Vale do Café fluminense, e região de interesse turístico houve o aumento da população flutuante no município, aumentando o tráfego de carros, caminhões e ônibus interditando vias precárias, calçadas inexistentes, estacionamentos em números reduzidos – atrapalhando, assim, a vida dos moradores do município e dificultando o ir e vir das pessoas. Esse fluir de pessoas traz vantagens para o comércio pois dinamiza a cidade, mas gera dificuldades de locomoção. Por conta disso, a prefeitura afirma trabalhar em projetos de melhorias, ampliação e implantação de sistemas de transporte público coletivo, que têm como lema a segurança e a mobilidade.

Em 2010, o Censo do IBGE aponta que o município possuía 83% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado. Além disso, ainda segundo o Censo de 2010, 81,6% dos domicílios urbanos em vias públicas possuíam arborização e 59% tinham urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE de 2017, aponta que prefeitura de Paracambi é a única executora do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição e o município não registrou histórico de intermitência no abastecimento de água ou racionamento de água no município no ano de 2017 — apesar disso, ainda sim existem domicílios que utilizam soluções alternativas para o abastecimento de água. A rede geral de distribuição está disponível tanto para a área urbana quanto para a área rural, com abrangência parcial em ambos os casos.

A área urbana do município é cortada pelo rio dos macacos, que antigamente causava inúmeras inundações; atualmente há a preocupação por parte do poder público em manter constante a limpeza do rio. A limpeza pública é feita com regularidade, com ruas e calçadas limpas, caçambas de lixo nas localidades coletadas diariamente.

Já em relação ao esgotamento sanitário, a prefeitura também é a única executora do serviço, sendo o órgão municipal gestor do serviço a Secretaria municipal em conjunto com outras políticas — existindo, inclusive, fiscalização para implantação de um sistema de esgotamento sanitário para novos loteamentos. A rede coletora de esgoto de Paracambi atende a área urbana, de forma parcial, e não está disponível na área rural do município

Em relação ao eixo de saúde, Paracambi conta com um total de 27 estabelecimentos de

saúde da modalidade SUS, segundo o levantamento de Assistência Médica Sanitária de 2009 do IBGE. Enquanto isso, a mortalidade infantil é 15,07 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, em coleta de dados fornecidos pelo DATASUS 2017, apresentando índices médios de mortalidade infantil quando considerado todo o Estado do Rio de Janeiro.

A realização de exames de pacientes de Atenção Básica é feita no próprio município, mas as internações desses pacientes precisam ser referenciadas para outros municípios. O encaminhamento é feito por um setor específico do órgão gestor municipal de saúde.

Paracambi aderiu ao Busca Ativa em 11 de junho de 2017. Comparando o ano de 2017 ao de 2018, é possível notar que, excetuando o 2º ano e 4º ano, todas as demais séries tiveram uma queda no índice de evasão escolar, especialmente 6º ano que foi de 6,3 para 2,2. Em 2019, no entanto, houve um pequeno aumento no 1º, 8º e 9º ano. Importante destacar que, diferentemente dos demais municípios, Paracambi possui mais casos sendo acompanhados dentro das escolas e não fora. O principal motivo de alerta consiste no motivo de "Evasão porque sente a escola desinteressante".

Tabela 10 - Evasão escolar Paracambi

| Paracambi | 1º Ano | 2º Ano | 3° Ano | 4° Ano | 5° Ano | 6° Ano | 7° Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 2,8 | 0,3 | 0,9 | 1,1 | 0,8 | 5,0 | 2,6 | 3,2 | 2,1 |
| 2017 | 0,8 | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 1,2 | 6,3 | 4,2 | 1,5 | 2,2 |
| 2018 | 0,5 | 0,5 | 0,8 | 0,9 | 0,5 | 2,2 | 2,5 | 1,3 | 1,0 |
| 2019 | 1,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 2,2 | 1,7 | 2,4 | 1,7 |

Fonte: INEP (2021)

12. QUEIMADOS

Os dados do município foram coletados majoritariamente por meio da plataforma do IBGE e da Fundação CEPERJ. Em outro plano, foi necessária a utilização do artigo científico elaborado para a UFRJ sobre transportes e o site da Prefeitura do Município. Com a necessidade de aumentar a especificidade de alguns dados, foram utilizadas as plataformas do IBGE Covid-19, FIRJAN e Portal da Transparência da CGU.

O site da prefeitura de Queimados alega que, em cumprimento à Lei nº 9.504/1997, suspendeu a publicidade institucional de atos, programas, obras e serviços nos 3 meses antecedentes às eleições, priorizando notícias sobre a COVID-19.

Para o eixo de empregabilidade, conforme dados de 2018, o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos, sendo a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 11,5%, correspondendo a 17.229 pessoas ocupadas. Considerando-se os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 39,1% da população em tais condições.

O número de empregos formais é de 15.410 pessoas, sendo os setores que mais empregam o de comércio, serviços e administração pública. O saldo de emprego do município restou em -781 até o mês de agosto de 2020, representando queda durante o período da pandemia do COVID-19. Dividindo-se por grande setor, o Comércio foi o que mais sofreu declínio, registrando -369 de saldo. Enquanto isso, apenas o grande setor da Agropecuária conseguiu saldo positivo de 42.

Dentre as 03 atividades que mais geraram empregos, estão a de fabricação de biscoitos e bolachas, cultivo de cacau e comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário. Distribuindo-se entre os meses do ano de 2020, a maior alta de emprego foi registrada em agosto, com +28 e, o menor saldo ficou em abril, com -424.

Desse modo, percebe-se que a pandemia impactou de forma extremamente negativa na atividade empregatícia do município, que revelou queda em diversos setores considerados fundamentais para a região.

O PIB per capita da região é de R\$25.476,94 de acordo com dados de 2017 do IBGE. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,680 (2010). A renda *per capita* urbana é de R\$400,00. Cerca de 12.488 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, de acordo com dados coletados em 2010.

Durante a pandemia, a situação econômica de diversas famílias foi imensamente

afetada, sendo notória a ampla utilização do benefício do auxílio emergencial.

De acordo com dados do Portal de Transparência da CGU, é possível ter uma noção de quantas famílias foram beneficiadas pelo auxílio, dividindo-se pelo valor dos auxílios (qual seja R\$600,00) durante os meses compreendidos entre abril e agosto de 2020. No mês 04/2020, foram 51.071 famílias beneficiadas. Em 05/2020, 60.372 famílias; 06/2020, 41.503 famílias; 07/2020, foram 60.974 famílias e em 08/2020, foram 53.491 famílias.

Em relação ao eixo de moradia, cerca de 83,4% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado; 61,4% dos domicílios urbanos em vias públicas possuem arborização e 47,4% possuem urbanização adequada (bueiros, calçada, pavimento e meio-fio). A taxa de urbanização, de acordo com dados de 2010, é de 100%. Morando em área considerada urbana, constam 137.962 pessoas, não sendo informado nos dados a quantidade de pessoas habitantes de área rural.

Já no que tange a saúde, Queimados conta com 15 estabelecimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com dados de 2009 do IBGE. No campo da mortalidade infantil, conta com cerca de 19,07 óbitos a cada mil nascidos vivos, representando um índice altamente preocupante para a região e o estado.

A semana com maior número de casos de COVID-19 foi a de 30 de maio de 2020 a 06 de junho de 2020, contando com 599 casos diagnosticados. Conforme dados disponibilizados no site IBGE Covid-19 registrados em 2019, não há leitos de UTI disponíveis no município, muito menos leitos hospitalares. São disponibilizados 11 respiradores, 98 médicos e 70 enfermeiros nos hospitais. Além disso, são apenas 12 estabelecimentos de saúde de atenção primária e 1 estabelecimento de saúde com suporte para observação e internação.

Os dados contabilizam apenas a rede do Sistema Único de Saúde, não sendo contabilizados hospitais particulares e outras redes. Como se percebe, todos os que se apresentam no referido site apresentam a coletagem de dados de 2019 relacionada à saúde - em 2020, a hipótese é que a construção de hospitais de campanha e outras formas de apoio de saúde ao coronavírus tenha alterado significativamente esses números. Por isso, nesse campo, é de suma importância que seja pesquisado novamente junto à Secretaria de Saúde do município.

Para o eixo de transporte, foi encontrada uma grande dificuldade para encontrar os índices de transporte do município, haja vista que não constam nos sites oficiais. Entretanto,

fontes não oficiais apontam que o município conta com uma estação ferroviária (Ramal Japeri), operado pela SuperVia, que é a Estação Queimados. Ainda, possui 02 empresas de ônibus que realizam os trajetos das linhas municipais (Gardel Turismo e Fazeni Transportes) e outras 05 empresas responsáveis pelas linhas intermunicipais: Nilopolitana, Linave Transportes, Transportes Blanco, Transportadora Tinguá e UniRio.

Assim como Belford Roxo, o município de Queimados também pertence ao PROMOB. Possui altas taxas de crescimento de frotas de carros e motocicletas (5,22% e 6,14%, respectivamente) e o maior número de pessoas realizando deslocamentos superiores a 1h de duração dentre os municípios da microrregião. Apresentou, além disso, redução na participação dos modos ativos de 12,5%, sendo redistribuído entre os modos coletivos (8,2%) e individuais (4,4%). Em sua quase totalidade, as viagens com origem em Mesquita se destinam para o Rio de Janeiro (75,6%) e Nova Iguaçu (13%).

No eixo de educação, é importante destacar que Queimados aderiu ao Busca Ativa em 15 de agosto de 2017. Os resultados no primeiro ano não foram satisfatórios, uma vez que somente o 4°, 8° e 9° ano apresentaram queda no índice de evasão em 2018. No ano de 2019, porém, os resultados se mostraram mais favoráveis, com a queda do índice em quase todos os anos, a exceção do 4° e 8°. Mesmo com esse aumento de 2019 os índices daqueles anos ainda ficaram abaixo dos de 2017. Este município é o que possui o menor número de situação de alerta, contabilizando apenas 78 casos. Dentre esses alunos, o principal motivo de risco também foi "Evasão porque sente a escola desinteressante".

Tabela 11 - Evasão escolar Queimados

| Queimados | 1º Ano | 2º Ano | 3° Ano | 4º Ano | 5° Ano | 6° Ano | 7° Ano | 8° Ano | 9° Ano |
|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 2,5 | 2,2 | 1,6 | 1,8 | 2,0 | 2,2 | 2,6 | 1,7 | 2,1 |
| 2017 | 1,0 | 0,6 | 0,3 | 0,9 | 0,8 | 1,7 | 1,8 | 1,4 | 1,7 |
| 2018 | 1,3 | 0,8 | 1,2 | 0,5 | 0,9 | 2,4 | 1,9 | 1,0 | 1,4 |
| 2019 | 0,9 | 0,6 | 0,6 | 0,8 | 0,6 | 1,3 | 0,4 | 1,2 | 0,5 |

Fonte: INEP (2021)

13. SÃO JOÃO DE MERITI

Em 2018, o salário médio mensal de trabalhadores formais no município era de 1,9 salários mínimos, com 12.9% da população total do município ocupada. Em paralelo, 35.4% dos domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Comparada com os outros municípios do estado, ocupava as posições 54 de 92 e 72 de 92, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3678 de 5570 e 2651 de 5570, respectivamente. Considerando, tinha nessas condições, o que o colocava na posição 54 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 2678 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Para o ano de 2017, a Fundação CEPERJ aponta que o PIB do município é de R\$ 8.470,738. No mesmo ano, o IBGE aponta PIB per capita de R \$31.833. Em relação ao setor de serviços, o município apresentou PIB de R\$ 5.178,827 e, no setor de indústria, PIB de R\$ 446,513, segundo dados do CEPERJ.

Po eixo de moradia, dados do IBGE colhidos em 2010 apontam o município apresenta 94.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 30.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 46.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em 2019, a área total da unidade territorial era de 35.216 km², sendo 15° maior em sua microrregião e 91° maior município do Estado do Rio de Janeiro, com o bioma predominante Mata Atlântica. No último censo a população registrada foi de 458.673 pessoas, caracterizando uma densidade demográfica de 13.024,56 habitantes/km².

O município de São João de Meriti conta com 25 unidades de saúde, compreendendo os níveis primário e secundário de atenção à saúde, isto é, realiza procedimentos de baixa e média complexidade. Com relação à mortalidade infantil, são 16,96 óbitos por mil nascidos vivos.

A relação de unidades de saúde do município pode ser encontrada no site da prefeitura.

A região conta com 03 unidades de emergência 24h; 03 Centros de Saúde (com atendimento ambulatorial); 05 Centros de Atendimento Psiquiátrico e Psicológico (CAPs); 04 Unidades Mistas (Ambulatorial e Postos Saúde da Família); e, por fim 11 unidades do Programa de Saúde da Família (PSF).

Outro dado que perpassa por qualidade de habitação, saneamento básico e tratamento de água é o número de internações por diarreia, representado por 0,3 internações a cada mil habitantes.

No que tange ao transporte no município, a Supervia administra 4 estações ferroviárias no município, todas no Ramal Belford Roxo: São João de Meriti/ Pavuna, limítrofe com o município do Rio de Janeiro, Vila Rosali, Agostinho Porto e Coelho da Rocha. O funcionamento das estações se dá entre 4h30 às 22h nos dias úteis, 5h45 às 19h30 nos sábados e 6h às 14h nos domingos e feriados. Através do trem, muitos moradores do município percorrem bairros da Zona Norte carioca até o Centro do Rio de Janeiro.

A equipe do Busca Ativa informou que São João de Meriti readeriu à plataforma em 2021, porém, por instabilidade no site, tal informação não pode ser confirmada. Assim como o município de Mesquita, São João também se destacou pelo elevado percentual de evasão no 1º ano escolar, que chegou a subir em 2017 de 4,6 para 5. Excetuando o 7º, 8º e 9º ano, todos os demais tiveram tendência de queda a partir de 2017:

Tabela 12 - Evasão escolar São João de Meriti

| São João de Meriti | 1º Ano | 2º Ano | 3° Ano | 4° Ano | 5° Ano | 6° Ano | 7° Ano | 8° Ano | 9º Ano |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2016 | 4,6 | 2,5 | 2,2 | 2,9 | 3,1 | 6,2 | 4,2 | 1,7 | 2,1 |
| 2017 | 5,0 | 2,2 | 2,6 | 2,6 | 1,9 | 6,6 | 5,2 | 3,7 | 3,1 |
| 2018 | 4,2 | 1,8 | 2,4 | 1,9 | 1,8 | 5,3 | 5,9 | 4,1 | 4,4 |
| 2019 | 2,9 | 1,8 | 2,0 | 1,7 | 1,7 | 3,3 | 2,6 | 1,5 | 3,5 |

Fonte: INEP (2021)

14. SEROPÉDICA

O salário médio mensal no município, conforme contabilizado em 2018, era de 4,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17,5% e, considerando-se os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 37,4% da população nessas condições.

O número de empregos formais é de 13.010 habitantes, de acordo com dados de 2017. A maior parte encontra-se empregada no setor de serviços, administração pública e comércio, conforme disponibilizado pelo IBGE de acordo com o censo realizado em 2018 pela instituição.

O PIB per capita da região, de acordo com dados de 2017, é de R\$49.882,41, sendo o IDH do município 0,713. A renda per capita urbana é de R\$604,82, de acordo com dados de 2010. Cerca de 7.771 famílias do município são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

A informação sobre o PIB per capita e o IDH do município foram encontradas disponíveis no site do IBGE, enquanto que a de renda per capita foi encontrada no site "Perfil Municipal".

Durante a pandemia, a situação econômica de diversas famílias foi imensamente afetada, sendo notória a ampla utilização do benefício do auxílio emergencial.

De acordo com dados do Portal de Transparência da CGU, novamente é possível determinar as famílias beneficiadas, dentre os meses de abril a agosto de 2020 e considerando o valor do auxílio emergencial em R\$600,00. Em abril de 2020, foram 30.886 famílias beneficiadas; em 05/2020, 34.912 famílias; 06/2020, 23.184 famílias; 07/2020, foram 35.686 famílias e em 08/2020, foram 30.378 famílias.

No que tange o eixo de moradia, o município conta com 64,1% dos domicílios com esgotamento sanitário considerado adequado, 46,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 19,7% de domicílios urbanos com urbanização adequada (bueiro, calçamento, pavimentação e meio-fio). A taxa de urbanização é de 82,20% de acordo com dados de 2010 do IBGE.

A maior parte da população, correspondente a 64.285 pessoas, moram em área considerada urbana, enquanto 13.901 em área rural, conforme dados disponibilizados pela Fundação CEPERJ.

Seropédica conta com 23 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, de acordo

com dados de 2009 do IBGE. Em questão de mortalidade infantil, são registrados 14,07 óbitos a cada mil nascidos vivos.

A semana com maior número de casos de COVID-19 foi a de 30 de maio a 06 de junho de 2020, contando com 109 casos diagnosticados. Conforme dados disponibilizados no site IBGE Covid-19 registrados em 2019, não há leitos de UTI disponíveis no município de Seropédica, com apenas 05 leitos hospitalares. São disponibilizados 13 respiradores, 37 médicos e 28 enfermeiros nos hospitais. Além disso, são apenas 21 estabelecimentos de saúde de atenção primária e 3 estabelecimentos de saúde com suporte para observação e internação.

Os dados contabilizam apenas a rede do Sistema Único de Saúde, não sendo contabilizados hospitais particulares e outras redes. Como se percebe, todos os que se apresentam no referido site apresentam a coletagem de dados de 2019 relacionada à saúde - em 2020, a hipótese é que a construção de hospitais de campanha e outras formas de apoio de saúde ao coronavírus tenha alterado significativamente esses números. Por isso, nesse campo, é de suma importância que seja pesquisado novamente junto à Secretaria de Saúde do município.

Para o transporte na região, o número total de veículos em circulação pelo município, de acordo com informações coletadas em 2019, é de 26.758, contando com uma maioria de automóveis particulares (16.169) e apenas 248 ônibus. Maiores informações sobre questão de transporte no município não foram de fácil acesso, não restando disponíveis quaisquer dados em sites oficiais.

Tendo aderido ao Busca Ativa em 11 de maio de 2018, foram poucos dados para realizar a comparação entre os anos. Destaca-se que em 2019 houve uma queda em todos os anos escolares se comparado com o período de 2018. Atualmente Seropédica possui 1994 alunos em estado de alerta, sendo o principal motivo, assim como os demais municípios analisados, "Evasão porque sente a escola desinteressante".

1º Ano 2º Ano 3° Ano 4º Ano 5° Ano 6° Ano 7º Ano 8º Ano 9º Ano Seropédica 2016 1.0 1,2 1,7 2,2 1,3 1,6 1,8 2,1 2,1

Tabela 13 - Evasão escolar Seropédica

| 2017 | 0,7 | 0,5 | 1,7 | 1,9 | 0,5 | 2,2 | 1,9 | 1,4 | 1,4 |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2018 | 1,1 | 0,9 | 1,2 | 1,4 | 1,6 | 2,0 | 1,6 | 2,8 | 1,5 |
| 2019 | 0,7 | 0,5 | 0,6 | 0,9 | 1,0 | 1,5 | 0,6 | 0,6 | 0,0 |

Fonte: INEP (2021)

15. CONCLUSÃO

Verificamos em nossa pesquisa que a Baixada Fluminense tem muitas necessidades básicas e estruturais. Moradia, transporte, renda, evasão escolar , emprego e saúde, como pontos da presente pesquisa, revelaram falta de investimento e de atendimento das necessidades dos cidadãos, na grande maioria dos municípios pesquisados, com serviços de transporte insatisfatórios, renda familiar abaixo da média em comparação a outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, transporte e saúde precários, dentre outros problemas. E muitos desses problemas foram agravados, pela pandemia da COVID-19, uma vez considerado território de alto risco de transmissão, sofrendo, ainda, com a falta de leitos de atendimento no SUS para seus moradores, com aglomerações em transporte público, como exemplos pontuais das muitas dificuldades enfrentadas por estes municípios.

O levantamento documental inicial dos dados por meio dos portais oficiais destacou as especificidades de cada município, principalmente no que tange à disponibilização de dados e informações à população. Verificamos que alguns municípios possuíam dados volumosos e de fácil acesso, o que possibilitou uma pesquisa mais aprofundada e ampla, enquanto outros representavam uma dificuldade para a pesquisa, tornando os dados incompletos e escassos. Nada obstante, a compilação dessas informações se faz de suma importância para o início da compreensão da realidade dos municípios da Baixada, a partir dos eixos propostos para o estudo.

Especificamente sobre os dados de evasão, a plataforma Busca Ativa Escolar revelou o desinteresse dos estudantes pelo ambiente escolar, sendo esta uma realidade comum a todos os municípios estudados que aderiram ao sistema. A partir desse ponto é necessário um resgate desses alunos, de forma que eles possam ter seus saberes e realidades validados pela escola.

Além da necessidade de tornar o ambiente escolar mais interessante para os estudantes, outras políticas precisam ser articuladas à educação, como a falta de transporte escolar que foi indicada em Belford Roxo.

Ainda sobre a questão de transporte, cabe salientar que de todos os eixos analisados, este foi o ponto com menos informações publicizadas.

O trabalho dos Observatórios ainda está em curso, visto que existem muitas lacunas a serem preenchidas nos dados obtidos. Esse trabalho de complementação dos dados está sendo desenvolvido atualmente, com o objetivo de detectar os entraves presentes na Baixada e sugerir as possíveis estratégias, visando auxiliar seus gestores nas tomadas de decisões para a aplicação de políticas públicas eficazes, segundo a necessidade de cada município pesquisado.

Nos deparamos com diversos desafios, agravados pela pandemia da COVID-19 que, na maioria dos casos, impossibilitou uma visita presencial em diversos municípios, sendo possível o desenvolvimento da pesquisa através de dados publicados pelo órgãos competentes. Sabemos que os problemas da Baixada ainda são maiores do que os de fato apresentados. Contudo, com a pesquisa ainda em desenvolvimento nos Observatórios, buscamos propor políticas públicas de enfrentamento desses problemas, que muitas vezes são maquiados por números não tão reais. Nosso desafio é apresentar propostas de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos da Baixada que atinjam a real necessidade de cada município, a fim de que tais tenham uma nova realidade e sejam conhecidos por uma história de respeito e valorização.

REFERÊNCIAS

BUSCA ATIVA. Quadro geral da Busca Ativa Escolar. Disponível em:

https://buscaativaescolar.org.br/municipios. Acesso em: 12/02/2021.

Cidades e Estados. Nilópolis. **IBGE**. Disponível em:

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama. Acesso em 17/09/2020 às 17h24.

Cidades e Estados. Japeri. **IBGE**. Disponível em:

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/japeri/panorama. Acesso em 17/09/2020 às 19h41.

Controladora Geral da União. **Portal da Transparência**, 2020. Disponível em:

http://www.portaldatransparencia.gov.br/beneficios/consulta?paginacaoSimples=true&taman

hoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F03%2F2020&ate=31%2F08%2F20 20&tipoBeneficio=6&municipio=21185&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Clingua gemCidada%2CmesAno%2Cuf%2Cmunicipio%2Cvalor . Acesso em: 08 out. 2020.

IBGE. IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/. Acesso em: 17 set. 2020. ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxa de Rendimento 2019**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxa de Rendimento 2018**. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxa de Rendimento 2017**. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxa de Rendimento 2016**. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

Linhas Intermunicipais para São João de Meriti. **Ônibus do Rio.** Disponível em: https://onibusdorio.fandom.com/wiki/Linhas_Intermunicipais_para_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_de Meriti. Acesso em 21/09/2020.

LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 26, n. 66, p. 145-173, jun. 2018.

MARANHÃO, Ígor Godeiro de Oliveira. **Desafios para a elaboração e implementação de planos sustentáveis de mobilidade: o caso dos municípios periféricos da região metropolitana do rio de janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6471/1/865051.pdf . Acesso em: 22 set. 2020.

Municípios da Baixada Fluminense assinam acordo para elaboração do Plano de Mobilidade. **FETRANSPOR**, 2015. Disponível em: https://www.fetranspor.com.br/noticias/municipios-da-baixada-fluminense-assinam-acordo-para-elaboracao-do-plano-de-mobilidade/. Acesso em: 17 set. 2020.

Perfil Municipal: Seropédica. **Fundação CEPERJ: Perfil Municipal**, 2020. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/perfil-municipal/Seropedica.html . Acesso em: 29 set. 2020.

Prefeitura de Belford Roxo: construindo um novo tempo, 2020. Disponível em: https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/?serv=64. Acesso em: 22 set. 2020. Prefeitura de Itaguaí site disponível em: https://itaguai.rj.gov.br/. Acesso em 17 set. 2020.

Prefeitura de Magé. Disponível em: http://transparencia.mage.rj.gov.br/. Acesso em 21 set. 2020

Prefeitura de Mesquita. Disponível em: http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/ . Acesso em 28 set. 2020

Prefeitura Municipal de Queimados, Mais trabalho e novas conquistas, 2020. Disponível em: http://www.queimados.rj.gov.br/. Acesso em: 22 set. 2020.

Rede de Atendimento do SUS, **Governo do Estado do Rio de Janeiro**. Site disponível em: https://www.saude.rj.gov.br/rede-de-

atendimento?Municipio=Itagua%C3%AD&Bairro=&TipoDeAtendimento=Hospital+Geral. Acesso em 21 set. 2020

Rede de Atendimento do SUS. Disponível em: https://www.saude.rj.gov.br/rede-de-atendimento?Municipio=Mag%C3%A9&Bairro=&TipoDeAtendimento=Hospital+Geral. Acesso em 21 set. 2020

Supervia Trens Urbanos – Mapas e Linhas. Disponível em:

https://www.supervia.com.br/pt-br/mapa-de-linhas. Acesso em 21 set. 2020

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina: **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Unidades de Saúde. **Portal da Transparência**. Disponível em: http://meriti.rj.gov.br/home/unidades-de-saude/ >. Acesso em 21/09/2020 às 15h43.

ZALUAR, Alba. LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 145-164, fev. 2001.